



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2025 – 2026

**Desembargador do
Trabalho-Presidente**

Amarildo Carlos de Lima

**Desembargadora do
Trabalho-Vice-Presidente**

Quézia de Araújo Duarte Nieves
Gonzalez

**Comitê Gestor Regional do
Programa de Equidade de Raça,
Gênero e Diversidade**

Andrea Maria Limongi Pasold
Julieta Elizabeth Correia de Malfussi
Danieli Bonato Haloten
Ana Carolina Lucena Pinheiro
Daniele Priscila Rodrigues de Oliveira
Altair de Lima
Yasmin Skovronski
Márcia Abedal Ceci

**Desembargador do Trabalho-
Corregedor Regional**

Narbal Antônio de Mendonça Fileti

**Comitê de Patrimônio, Logística e
Sustentabilidade**

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira
Paulo André Cardoso Botto Jacon
Tamilly Virissimo
Gustavo Bestetti Ibarra
Fernanda Gomes Ferreira
Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Sandro Beltrame
Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi
Yasmin Lonzetti Skovronski
Altair de Lima
Alécio José Riffel

**Comitê de Acessibilidade e
Inclusão**

Maria Aparecida Ferreira Jerônimo
Carlos Eduardo Tiusso
Gustavo Bestetti Ibarra
Fabiana Vieira de Linhares
Camila Sartori Velloso Abreu
Valdir Luiz da Cunha
Claudionor da Silva
Tamilly Virissimo
Cristina Vivan
Jacson Alexandre Pereira
Ricardo Ganzo Wickert Caldas
Breno Cláudio Bauer
Yasmin Lonzetti Skovronski
Márcia Abedal Ceci de Souza
Jamile Cury Cecato de Carvalho
Denise Suchara
Ana Paula Koch de Bona
Cláudia Bettoni
Eduardo Gheller Morschbacher
Flávia Pinheiro Guimarães

COMISSÃO DO PLS

No âmbito deste Tribunal, a atuação da Comissão Gestora do PLS ocorre por meio do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade, cujas atribuições estão previstas na Portaria SEAP 32/2023, nos seguintes termos:

Art. 3º São atribuições do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade:

- I - deliberar sobre os indicadores e metas do PLS;
- II - avaliar e aprovar os relatórios de desempenho do PLS, elaborados pelo Setor de Sustentabilidade, conforme dispõe o artigo 10-A da Resolução CNJ nº 400/2021;
- III - propor a revisão do PLS;
- IV - sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas do PLS e realização das ações propostas no plano de ações.

Parágrafo único. O Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade atua como Comissão Gestora do PLS, nos termos da Resolução CNJ nº 400/2021.

Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira
Paulo André Cardoso Botto Jacon
Tamilly Virissimo
Gustavo Bestetti Ibarra
Fernanda Gomes Ferreira
Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Sandro Beltrame
Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi
Yasmin Lonzetti Skovronski
Altair de Lima
Alécio José Riffel

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLS

Alexandre Ribeiro
Altair de Lima
Amandio Neto
Camila Abreu
Camila Colato
Carlos Mazzi
Cláudia Espínola
Claudionor da Silva
Cristina Vivan
Edivan Cassaro
Fábio Rebelo
Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Gustavo Bestetti Ibarra
Isabela Barbosa
Izabel Martins Pereira Guimarães
Luciana Nuernberg
Márcia de Souza
Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi
Marcelo Sestren
Natália da Costa
Robson Souza
Sandro Beltrame
Simone Pereira
Stefania Fenili Longo
Tamilly Virissimo
Thiago Ibagy
Yasmin Lonzetti Skovronski

SUMÁRIO

06

Apresentação

07

Objetivos geral
e específicos

08

Metodologia

10

O PLS e o Planejamento
Estratégico

12

Matriz de
responsabilidade

13

Indicadores e metas

14

Eixo
Sustentabilidade

35

Eixo Equidade e
Diversidade

37

Eixo Acessibilidade
e Inclusão

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável (PLS) é o instrumento de gestão utilizado no TRT-SC para estabelecer diretrizes para a implementação de práticas sustentáveis e eficientes que promovam o uso racional dos recursos públicos e a redução dos impactos ambientais das atividades jurisdicionais e administrativas.

O PLS é, portanto, um documento estratégico que permite o acompanhamento da evolução e o aprimoramento contínuo das práticas sustentáveis adotados no Tribunal, buscando a consolidação da cultura da sustentabilidade.

A adoção do PLS reforça o compromisso deste Tribunal com a Agenda 2030 da ONU, em especial com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para a modernização administrativa e a redução dos impactos ambientais, sociais e econômicos das suas atividades.

A Comissão Gestora do PLS é responsável por planejar, implementar e acompanhar as ações do plano, definidas juntamente com as unidades gestoras dos indicadores, garantindo a efetividade das iniciativas propostas e o alinhamento da eficiência administrativa com a responsabilidade socioambiental.

OBJETIVO GERAL

O PLS do TRT-SC possui como objetivo geral a gestão de ações de sustentabilidade, considerando os seus aspectos social, ambiental, econômico e cultural, em consonância com os 17 (dezessete) ODS da ONU, visando reduzir os impactos ambientais das atividades jurisdicionais e administrativas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Incentivar o uso eficiente de insumos, materiais e serviços
- Implementar uma gestão sustentável de resíduos
- Fomentar a mobilidade sustentável
- Promover a eficiência hídrica
- Estimular compras sustentáveis
- Capacitar e sensibilizar o quadro funcional para a importância da sustentabilidade, da acessibilidade, da inclusão, da equidade e da diversidade
- Promover a qualidade de vida no trabalho
- Aumentar a eficiência do gasto público
- Monitorar e avaliar continuamente as ações
- Fortalecer a cultura de sustentabilidade

METODOLOGIA

A elaboração do PLS dos anos de 2025 e 2026 resulta do trabalho colaborativo entre a Comissão Gestora do PLS, as unidades gestoras dos indicadores e a área de Sustentabilidade, que uniram esforços para desenvolver um planejamento alinhado às diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021.

O Lablnova TRT-SC, laboratório de inovação deste Tribunal, foi o responsável por conduzir esse trabalho e facilitar a construção do PLS com metodologias colaborativas e inovadoras.

A metodologia adotada para a elaboração do PLS 2025-2026 consiste em quatro etapas, conforme descrito a seguir:

Planejamento

A fim de melhor diagnosticar as necessidades do Tribunal e de definir ações eficazes para a implementação do PLS, optou-se por realizar uma oficina com as unidades gestoras dos indicadores no Lablnova TRT-SC. Portanto, nesta fase, foi realizado o planejamento acerca da condução do trabalho, que consistiu, entre outros, no agendamento de reunião com gestores, agendamento de oficina no laboratório, levantamento e análise dos relatórios de desempenho dos anos anteriores e conversa com o Setor de Estatística para fornecer a apresentação desses relatórios em um painel BI.

METODOLOGIA

Elaboração

A elaboração do PLS 2025-2026 contou com a participação das unidades gestoras dos indicadores e de áreas corresponsáveis em oficina conduzida pelo LabInova TRT-SC. Divididos em grupos temáticos, os participantes puderam definir conjuntamente os indicadores e as metas, podendo consultar o painel BI com os dados de anos anteriores. Após a oficina, o Setor de Sustentabilidade solicitou às unidades gestoras o Plano de Ações para o atingimento das metas definidas. O PLS e o Plano de Ações foram submetidos à Comissão Gestora do PLS e à Presidência deste Tribunal para análise e aprovação.

Implementação

A implementação consiste na execução das ações descritas no Plano de Ações. Assim, por meio das etapas definidas, as unidades gestoras e as áreas corresponsáveis atuarão para o alcance das metas do PLS.

Monitoramento e Avaliação

Envolve o acompanhamento contínuo das ações planejadas, permitindo a identificação das iniciativas já executadas, daquelas que ainda não foram realizadas e das possíveis dificuldades encontradas ao longo da implementação. A partir da análise dos dados coletados é possível entender o impacto das ações desenvolvidas, necessidades de ajustes e verificar o alinhamento com os objetivos estratégicos.

O PLS E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12) foi elaborado de modo a garantir a coerência e a convergência com os principais documentos e instrumentos de planejamento estratégico, tanto no âmbito interno do TRT12 quanto no nacional (Resoluções do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT). A seguir, destacam-se os principais pontos de alinhamento:

1. Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026

- **Integração aos Macrodesafios:** A Estratégia Nacional do Poder Judiciário define macrodesafios como “Promoção da Sustentabilidade” e “Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária”. O PLS do TRT12, ao propor ações de racionalização no consumo de recursos naturais, gestão de resíduos, eficiência energética e qualidade de vida no trabalho, concretiza estes macrodesafios no âmbito regional.
- **Indicadores de Desempenho:** A Resolução nº 325/2020 traz uma relação de indicadores para monitorar o desempenho do Judiciário, sendo um deles o Índice De Desempenho de Sustentabilidade (IDS) que avalia o macrodesafio “Promoção da Sustentabilidade”.
- **Agenda 2030:** A mesma Resolução incentiva a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O PLS TRT12 está alinhado a essa diretriz ao contemplar práticas relacionadas à preservação ambiental, inclusão social, equidade, acessibilidade e redução das desigualdades.

O PLS E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2. Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho

A Resolução CSJT nº 387/2024 estabelece o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, contemplando, entre suas diretrizes, o alinhamento da estratégia com o planejamento e com a execução do orçamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação e sustentabilidade. O TRT12 adota o modelo de gestão estratégica da Justiça do trabalho, conforme Portaria SEAP nº 354/2024.

Nesse contexto, o Plano de Logística Sustentável (PLS) configura-se como um dos instrumentos de execução da estratégia, equiparando-se aos demais planos nacionais citados (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Plano de Contratações Anual e Plano Anual de Capacitação), de modo que suas ações e metas se integram ao planejamento estratégico global da Justiça do Trabalho. Dessa forma, o PLS não atua de forma isolada, mas, sim, contribui diretamente para o cumprimento dos objetivos definidos em nível nacional, assegurando práticas sustentáveis nas rotinas administrativas e judiciais em consonância com o modelo de governança traçado pelo CSJT.

O PLS do TRT-SC atua como um instrumento transversal que consolida as diretrizes de sustentabilidade definidas pelo CNJ e pelo CSJT, integrando-as às metas do próprio Tribunal em seu Plano Estratégico Institucional. Com isso, assegura-se a harmonia entre a gestão sustentável dos recursos, a eficiência dos processos de trabalho e a promoção dos valores organizacionais — em especial a sustentabilidade, a inovação, a inclusão e a responsabilidade socioambiental.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

	INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	PAPEL	CMLOG: Coordenadoria de Material e Logística
2	COPOS	CMLOG: Coordenadoria de Material e Logística
3	ÁGUA ENVASADA	CSG: Coordenadoria de Serviços Gerais
4	IMPRESSÃO	SUPORTE: Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários de TIC
5	ENERGIA ELÉTRICA	CMAN: Coordenadoria de Manutenção
6	ÁGUA E ESGOTO	CMAN: Coordenadoria de Manutenção
7	RESÍDUOS	CMLOG: Coordenadoria de Material e Logística CSG: Coordenadoria de Serviços Gerais COGEDOM: Coordenadoria de Gestão Documental e Memória
8	REFORMAS	CPO: Coordenadoria de Projetos e Obras
9	CONTRATOS DE LIMPEZA	CSG: Coordenadoria de Serviços Gerais
10	VIGILÂNCIA	SSI: Secretaria de Segurança Institucional
11	TELEFONIA	CSG: Coordenadoria de Serviços Gerais
12	VEÍCULOS	SSI: Secretaria de Segurança Institucional
13	COMBUSTÍVEL	SSI: Secretaria de Segurança Institucional
14	SERVIÇOS GRÁFICOS	CMLOG: Coordenadoria de Material e Logística
15	AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	CLC: Coordenadoria de Licitações e Contratos
16	QUALIDADE DE VIDA	SAUDE: Coordenadoria de Saúde EJUD: Escola Judicial SECOM: Secretaria de Comunicação Social SEAP: Secretaria de Apoio Institucional
17	CAPACITAÇÃO	EJUD: Escola Judicial USAMB: Setor de Sustentabilidade
18	EQUIDADE	DAPI: Divisão de Apoio aos Programas Institucionais EJUD: Escola Judicial
19	DESCARBONIZAÇÃO	Sustentabilidade: Setor de Sustentabilidade
20	GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	CODAP: Coordenadoria de Desenvolvimento e Aprendizagem Acessibilidade: Setor de Acessibilidade e Inclusão
21	ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Acessibilidade: Setor de Acessibilidade e Inclusão SECOM: Secretaria de Comunicação Social
22	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	SECOM: Secretaria de Comunicação Social
23	ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	DESENV - Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas

INDICADORES E METAS

O PLS TRT-SC está estruturado em três eixos temáticos: Sustentabilidade, Equidade e Diversidade e Acessibilidade e Inclusão . Cada eixo temático contém indicadores estabelecidos no Anexo das Resoluções CNJ nº 400/2021 (atualizada pelas Resoluções nº 550/2024 e nº 594/2024) e nº 401/2021.

Para cada indicador, definiu-se uma meta relacionada aos ODS da Agenda 2030 da ONU (imagem abaixo), visando alcançar um desenvolvimento sustentável em seus aspectos econômico, social, ambiental e institucional.



Para todos verem: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 3 - Saúde e bem-estar; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 10 - Redução das desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Consumo e produção responsáveis; 13 - Ação contra a mudança global do clima; 14 - Vida na água; 15 - Vida na terra; 16 - Paz, justiça e instituições eficazes; 17 - Parcerias e meios de implementação (Fonte: ONU BRASIL)

EIXO SUSTENTABILIDADE



VARIÁVEIS GERAIS

De acordo com o Anexo da Resolução CNJ nº 400/2021, “as variáveis gerais são aquelas utilizadas nos cálculos das fórmulas dos indicadores e não precisarão ser informadas pelos tribunais, pois serão aferidas pelo Conselho Nacional de Justiça, com base nos dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ)[...]”.

A automatização na coleta e tratamento das variáveis gerais do PLS reduz inconsistências e facilita a tomada de decisões estratégicas para aprimorar a gestão sustentável no Poder Judiciário.

No âmbito deste Tribunal, a governança dos dados referentes às variáveis gerais do PLS é um aspecto fundamental para garantir a transparência, a confiabilidade e a efetividade das ações sustentáveis.

1 PAPEL

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir a despesa com a aquisição de resmas de papel reciclado e não reciclado no TRT-12

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CMLOG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
2.2 GPP - Gasto com papel próprio	reais	14.280,93	14.595,52	18.046,10	34.424,83

2.2 GPP - Gasto com papel próprio

Reduzir em 1,5% o gasto de papel do tipo A4 em comparação ao ano de 2024

2025

2026

1%

1,5%

Fórmula: $\text{Gasto Alvo} = \text{Gasto}_{2024} * (1 - (1.5 / 100))$



2 COPOS DESCARTÁVEIS

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir a quantidade de copos descartáveis utilizados no TRT-12

Unidade gestora: CMLOG
Periodicidade: Mensal

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
3.1 CC - Consumo de copos descartáveis (centos)	cento	541	2274	1877	2738

3.1 CC - Consumo de copos descartáveis

Reduzir em 1% o consumo de copos descartáveis em comparação ao ano de 2024

2025

2026

0,5%

1%

Fórmula: Consumo Alvo = Consumo_2024*(1-(1/100))



3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir o valor gasto com a aquisição de água mineral em embalagens retornáveis

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CSG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
4.4 GAER - Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	reais	11.298,75	17.234,82	30.092,08	36.675,84

4.4 GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis

Reduzir em 0,5% os valores gastos com consumo de água mineral em embalagens reutilizáveis em relação ao ano de 2024 (desconsiderando o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - do período).

2025

2026

0,5%

0,5%

Fórmula: $\text{Gasto Alvo} = \text{Gasto}_{2024} * (1 - (0,5/100))$



4 IMPRESSÃO

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir o número de impressoras no TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA		Unidade gestora: SUPORTE Periodicidade: Anual			
Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
5.2 QEI - Quantidade de equipamentos de impressão - instalados	equipamentos de impressão	475	475	475	475

Observação: 5.2 - Os dados de 2020 a 2024 foram retificados diante da identificação de erro material.

5.2 QEI – Quantidade de equipamentos de impressão

Reduzir 12% da quantidade de equipamentos de impressão em comparação ao ano de 2024

2025

2026

10%

12%

Fórmula: Quantidade alvo = Quantidade_2024*(1-(12/100))



5 ENERGIA ELÉTRICA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir o consumo de energia elétrica no TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CMAN
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
6.1 CEE - Consumo de energia elétrica	kWh	1.803.461	2.165.805	2.403.634	2.429.624

6.1 CEE – Consumo de energia elétrica

Reduzir em 0,5% o consumo de energia elétrica (fornecida pela concessionária) em relação ao ano de 2024

2025

2026

0,5%

0,5%

Fórmula: Consumo Alvo = Consumo_2024*(1-(0,5/100))



6 ÁGUA E ESGOTO

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir o consumo de água no TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA Unidade gestora: CMAN
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
7.1 CA - Consumo de água	m³	11.364	11.440	11.427	9.932

7.1 CA – Consumo de água

Reduzir em 0,5% o consumo de água em relação ao ano de 2024

2025

2026

0,5%

0,5%

Fórmula: $\text{Consumo Alvo} = \text{Consumo}_{2024} * (1 - (0,5/100))$



7 GESTÃO DE RESÍDUOS

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Aumentar a quantidade de resíduos destinados à cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras

Unidade gestora: CMLOG, CSG e COGEDOM

Periodicidade: Mensal

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
8.6 TMR - Total de materiais destinados à reciclagem	kg	54.205,15	14.535,63	17.033,74	23.738,50

8.6 TMR – Total de materiais destinados à reciclagem

Aumentar em 7,5% o peso total de materiais destinados à reciclagem em comparação ao ano de 2024

2025

2026

5%

7,5%

Fórmula: $\text{Peso Alvo} = \text{Peso}_{2024} * (1 - (7,5/100))$



8 REFORMAS E CONSTRUÇÕES

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Utilizar valor menor que o previsto no orçamento para a construção de novos edifícios

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CPO
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
9.2 GConst - Gastos com construção de novos edifícios	reais	0,00	0,00	0,00	2.942.239,10

9.2 GConst – Gastos com construção de novos edifícios no período-base

Gastar 98% do orçamento disponibilizado para a construção do Foro de Tubarão e Vara do Trabalho de Araranguá

2025	2026
98%	98%

Fórmula: Valor Alvo = Orçamento_Total*(98/100)



9 LIMPEZA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Monitorar o gasto relacionado aos contratos de serviço de limpeza

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CSG
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
10.3 GRL - Gasto com contratos limpeza por m ²	reais/m ²	72,53	78,27	97,68	89,82

10.3 GRL – Gasto com contratos limpeza por m²

Aumentar no máximo 10% dos gastos com contratos de limpeza por m² em comparação ao ano de 2024

2025

2026

10%

10%

Fórmula: Gasto máximo = Gasto_2024*(1+(10/100))



10 VIGILÂNCIA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Aumento controlado de gastos com contratos de vigilância eletrônica

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: SSI
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
11.4 GVe - Gasto com contrato de vigilância eletrônica	reais	69.562,56	76.880,00	85.383,79	75.971,23

11.4 GVe – Gasto com contrato de vigilância eletrônica

Aumentar no máximo 1% o gasto com vigilância eletrônica

2025

2026

1%

1%

Fórmula: Novo Gasto=Gasto Atual×1,01



11 TELEFONIA FIXA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Aumento controlado dos gastos com telefonia fixa

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CSG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
12.1 GTF - Gasto com telefonia fixa	reais	35.830,46	41.280,65	32.262,91	19.250,01

12.1 GTF – Gasto com telefonia fixa

Aumentar no máximo 10% os gastos com telefonia fixa em comparação ao ano de 2024 (desconsiderando o reajuste obrigatório anual definido pela Anatel por meio do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST)).

2025

2026

10%

10%

Fórmula: $\text{Gasto máximo} = \text{Gasto}_{2024} * (1 + (10/100))$



12 TELEFONIA MÓVEL

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Aumento controlado dos gastos com telefonia móvel

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CSG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
12.4 GTM - Gasto com telefonia móvel	reais	32.509,61	100.077,29	182.311,99	210.469,09

12.4 GTM – Gasto com telefonia móvel

Aumentar no máximo 10% os gastos com telefonia fixa em comparação ao ano de 2024 (desconsiderando o reajuste obrigatório anual definido pela Anatel por meio do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST)).

2025

2026

10%

10%

Fórmula: $\text{Gasto máximo} = \text{Gasto}_{2024} * (1 + (10/100))$



13 VEÍCULOS

DESLOCAMENTO DE PESSOAL A SERVIÇO, BENS E MATERIAIS

Reduzir os gastos com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: SSI
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
13.10 GMV - Gasto com manutenção de veículos	reais	45.782,33	35.019,65	71.892,82	59.583,45

13.10 GMV – Gasto com manutenção de veículos

Reduzir 1% do gasto com manutenção de veículos em comparação ao ano de 2024

2025

2026

1%

1%

Fórmula: $\text{Gasto máximo} = \text{Gasto}_{2024} * (1 - (1/100))$



14 VEÍCULOS

DESLOCAMENTO DE PESSOAL A SERVIÇO, BENS E MATERIAIS

Reduzir as despesas realizadas com manutenção de veículos em relação à quantidade total de veículos

SÉRIE HISTÓRICA Unidade gestora: SSI
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
13.11 GRMV - Gasto relativo com manutenção por veículo	reais/número de veículo	2.409,60	1.522,59	3.125,77	2.708,34

13.11 GRMV – Gasto relativo com manutenção por veículo

Reduzir 1% do gasto relativo com manutenção por veículo

2025

2026

1%

1%

Fórmula: Gasto máximo por veículo = Gasto_por_Veículo_2024*(1-(1/100))



15 COMBUSTÍVEL

DESLOCAMENTO DE PESSOAL A SERVIÇO, BENS E MATERIAIS
Reduzir os gastos com combustível para abastecimento dos veículos oficiais do TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA Unidade gestora: SSI
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
14.6 GC - Gasto com combustível	reais	28.778,26	68.087,40	56.733,70	69.536,58

14.6 GC – Gasto com combustível	
Reduzir 1% do gasto com combustível em comparação ao ano de 2024	
2025	2026
1%	1%
Fórmula: $\text{Gasto máximo} = \text{Gasto_Combustível_2024} * (1 - (1/100))$	

16 APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO – SERVIÇOS GRÁFICOS

Aumento controlado das despesas realizadas com serviços gráficos no TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CMLOG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
15.1 GC - Gasto com serviços gráficos	reais	60.118,51	17.936,44	20.368,83	42.931,14

15.1 GC – Gasto com serviços gráficos	
Aumentar no máximo 20% os gastos com serviços gráficos em comparação ao ano de 2024	
2025	2026
10%	20%
Fórmula: Gasto máximo = Gasto_2024 * (1 + (20/100))	

17 AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Aumentar o percentual de aquisições e contratações realizadas considerando o critério de sustentabilidade

Unidade gestora: CLC
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA		2021	2022	2023	2024
Questionário anual	U.M				
16.3 PCS - Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	percentual	34,19	28,91	46,74	81,66

16.3 PCS – Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade

Aumentar em 10% o percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade

2025

2026

10%

10%

Fórmula: Percentual alvo = Percentual atual de aquisições sustentáveis * (1+10/100)



18 QUALIDADE DE VIDA

Aumentar o percentual de aquisições e contratações realizadas considerando o critério de sustentabilidade

Unidade gestora: SAÚDE, SECOM, EJUD e SEAP
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA		2021	2022	2023	2024
Questionário anual	U.M				
17.4 - Participação em ações solidárias	número de participantes	3223	8128	1758	2570
17.5 - Quantidade de ações solidárias	número de ações realizadas	38	39	70	87
17.6 - Percentual de participantes em ações solidárias	percentual por ação	Cálculo automático			

17.6 PRAS – Percentual de participantes em ações solidárias

Alcançar 7% de participantes em, pelo menos, uma campanha solidária promovida pelo Tribunal

2025

2026

5%

7%

Fórmula: Número de participantes = Número_Total_de_Colaboradores*(7/100)

19 CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Capacitar o corpo funcional do TRT-SC em assuntos relacionados ao tema sustentabilidade

Unidade gestora: Sustentabilidade e EJUD
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
18.1 ACap - Ações de capacitação em sustentabilidade	número de ações realizadas	8	7	11	11

18.1 ACap – Ações de capacitação em sustentabilidade

Realizar 3 ações de capacitação ao ano vinculadas ao tema da sustentabilidade

2025

2026

3

3

Fórmula: número de ações de capacitação = 3



EIXO
EQUIDADE E
DIVERSIDADE



1 EQUIDADE E DIVERSIDADE

Estimular a participação de magistrados, magistradas, servidores e servidoras em assuntos relacionados à equidade racial

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: EJUD e DAPI
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
19.1 ACapED - Ações de capacitação em equidade e diversidade	número de ações realizadas	-	-	-	11

19.1 ACapED – Ações de capacitação em equidade e diversidade

Capacitar ao menos 10% das(os) magistradas(os) e 10% das(os) servidoras(es) em equidade racial

2025

2026

10%

10%

Fórmula: Número alvo de magistrados = Número_Total_de_Magistrados * 0,10 e Número alvo de servidores = Número_Total_de_Servidores * 0,10



EIXO
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO



1 GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Realizar a gestão da acessibilidade e inclusão na contratação de estagiários(as)

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CODAP
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
1.5 TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência	número de estagiários	2	2	4	4

1.5 - TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência

Informar 100% dos dados sobre a quantidade de estagiários(as) com deficiência

2025

2026

100%

100%

Fórmula: Quantidade de estagiários(as) com deficiência = Total_Estagiarios_com_Deficiencia



2 ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Sensibilizar o corpo funcional do TRT-SC quanto a temas relacionados à pessoa com deficiência

Unidade gestora: SECOM e Acessibilidade
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA		2021	2022	2023	2024
Questionário anual	U.M				
2.10 - Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão	quantidade de ações de sensibilização	19	29	66	81

2.10 - Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão

Promover quatro ações de sensibilização referentes a barreiras atitudinais por ano

2025

2026

4

4

Fórmula: Número de ações de sensibilização = 4



3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Garantir a acessibilidade comunicacional nos vídeos institucionais do TRT-SC

Unidade gestora: SECOM
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA		2021	2022	2023	2024
Questionário anual	U.M				
3.1 V Acess - Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade	número de vídeos	6	65	53	80

3.1 V Acess - Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade

Disponibilizar 100% dos videos produzidos com legenda

2025

2026

100%

100%

Fórmula: Vídeos com legenda disponibilizados = Total_de_Vídeos_Produzidos



4 ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Garantir a acessibilidade tecnológica do conteúdo disponibilizado no site do TRT-SC e nos links constantes no site

Unidade gestora: DESENV
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA					
Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
4.1 - O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	-	Sim	Sim	Sim	Sim

4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?

Utilizar, sob demanda, serviço AMAWeb (Avaliação e Monitoramento de Acessibilidade na Web) para avaliar o nível de acessibilidade do site do Tribunal e dos seus links

2025

2026

100%

100%

Fórmula: Avaliação de acessibilidade = Número_de_Solicitações_de_Avaliação



5 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

URBANÍSTICA E

Este indicador avalia o grau de acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário, garantindo o acesso e a utilização plena dos espaços por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A mensuração será realizada a cada cinco anos, conforme previsto na Resolução nº 401/2023 do Conselho Nacional de Justiça, por meio de avaliação coordenada pelo CNJ, precedida de diagnóstico prévio (artigo 33 da Resolução).





PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2025 – 2026